

FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS CARACTERÍSTICOS DO PORTUGUÊS ARCAICO NA FALA DO ALTO PANTANAL

Mirami Gonçalves Sá dos Reis (UNEMAT e UNICAMP)
mirami.reis@terra.com.br

Parece-nos relevante iniciar este trabalho com a lembrança de que a heterogeneidade presente na língua portuguesa falada no Brasil é tão ampla quanto, ainda, carente de estudos específicos, sobretudo nos seus aspectos histórico-sociais.

O Estado de Mato Grosso na atualidade chama a atenção do planeta em razão da diversidade de seus ecossistemas, de sua posição estratégica como centro da América do Sul e das perspectivas econômicas que oferece. É importante considerar também o que o Estado apresenta no âmbito das humanidades. As línguas faladas na região e as variedades do português nela presentes são questões que não podem ficar a reboque das sondagens científicas, tendo em vista seu caráter representativo das relações sociais e das forças políticas que configuram a organização social.

O avanço dos estudos linguísticos nas últimas décadas tem possibilitado a investigação e o conhecimento da linguagem humana sob os mais diversos prismas. As formas diferenciadas de se praticar uma língua constituem um dos objetos mais instigantes da pesquisa linguística, em virtude das possibilidades de se compreender, a partir desses estudos, questões fundamentais não apenas sobre o funcionamento da língua nos seus aspectos internos, como também sobre a vida social dos falantes, os processos históricos que determinam a heterogeneidade linguística e as relações de força política que definem as práticas languageiras através do tempo.

O falar peculiar da microrregião do Alto Pantanal (Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço e Curvelândia)¹, caracterizado pela permuta de terminações nasalizadas: [ã] > [õ] / [õw] e pelas variantes

¹ Na localidade de Curvelândia, colonizada quase exclusivamente por paulistas, paranaenses, mineiros e outros, essas variantes não foram, até o momento (2010), encontradas.

fonológicas africadas: [tʃ] e [dz], vem merecendo a atenção de alguns linguistas que veem nesse campo um terreno importante a ser explorado. São estudos que ora buscam explicações desse falar na cultura e na tradição dos nativos, sob uma visão mais etnográfica dos fenômenos, ora procuram quantificar e categorizar a ocorrência e a frequência das variantes linguísticas da região, com aportes da sociolinguística laboviana, ora tratam das atitudes linguísticas entre a população falante das variedades linguísticas presentes em Mato Grosso.

Silva (1991, p. 74) afirma que *é durante o período arcaico que começa a processar-se a ditongação das vogais nasais /õ/ e /ã/, em posição final de nomes e verbos*. Para a autora, essa ditongação converge na direção do ditongo [ãw], que *já no século XVI é típica do dialeto padrão português e possivelmente de dialetos do sardo*. Portanto, conforme o estudo comparado das línguas românicas, não há regras fonéticas estabelecidas para explicar a ditongação de [õ], [ã] em [ãw], tendo ocorrido esse processo na evolução natural da língua.

A permuta de terminações nasalizadas e as variantes fonológicas africadas [tʃ] e [dz], fenômenos incomuns no País, mas marcantes na fala do Alto Pantanal foram objetos de estudo de outros pesquisadores como Bisinoto (2007), Câmara Jr. (1985), Coutinho (1984), Haury (1989), Huber (1986), Paiva (1988), Palma (1980/2005), Almeida (2000/2005), Silva Neto (1941/1979), Silva (1991), Teysier (1984/2004). Entretanto, tais fenômenos linguísticos ainda demandam investigação: faz-se necessária uma pesquisa histórica que responda a indagações quanto à caracterização dos processos de mudança da língua e suas possíveis causas, bem como as motivações que resultaram na preservação de traços aparentemente remotos, na região em questão.

Quanto à nasalização do português, Silva (1991, p. 74) diz que *é durante o período arcaico que começa a processar-se a ditongação das vogais nasalizadas /õ/ e /ã/ em terminações de nomes e verbos e, que:*

Essa ditongação leva à convergência na direção do ditongo [ãu] que – já no século XVI – é própria ao dialeto padrão de Portugal. Observem-se os exemplos:

Lat.	Port. Arc.	Sec. XVI (Dialeto padrão)
coratione	coraçõn [õ]	coração [ãũ]
cane	can [ã]	cão [ãũ]
amant	man [ã]	amam [ãũ]
ama(ve)runt	amaron [õ]	amaram [ãũ]

Para essa mesma autora, apesar de, atualmente, o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) padrão indicarem um ditongo [ãũ] do lat. –one, –ane e do etimológico –anu (como em mão < manu), há dialetos populares portugueses do Norte em que a ditongação resulta em [õũ], com uma etapa anterior [õ], tanto para os derivados –one (leone > Leon > leõ), como de –ane (panis > pane > pon > pão) e –anu (veranu > *veron > verão).

A respeito disso, Maia (1986, p. 604) afirma que:

No século XVI, quando no português literário e na língua culta do centro do país já as três terminações [-anu > ão, -one > -on, -ane > -an] se tinham uniformizado em –ão, a pronúncia –õ era tida pelos gramáticos da época como característica da região interamnense.

Tendo como testemunho a fala do gramático Duarte Nunes de Leão, da 2ª metade do século XVI, Silva (1991, p. 75) admite que essa convergência no dialeto padrão já existiria desde a 2ª metade do séc. XV, como se vê, por exemplo, em várias poesias, do Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende, onde palavras provenientes dessas três origens (-one, -ane e –anu) rimam indiferentemente, enquanto no Cancioneiro Medieval galego-português, nas Cantigas de Santa Maria, ocorre, excepcionalmente, a rima –am (< lat. –ane) com –ão (< lat. –anu), cujos dados *sugerem os limites cronológicos dessa mudança que levou à convergência em ditongo nasal, vogais nasais distintas ([ã], [õ]).*

Esses fenômenos linguísticos também aparecem na grafia de documentos medievais. Por exemplo:

Se a rima em –ão (de –ane e de –anu) sugere variação entre –an/-ão, o exame desse problema no corpus trecentista dos D.S.G.² permite dizer que nesse conjunto de dados (mais de 3 mil itens foram examinados) o –om, –am, –ão nos substantivos sempre correspondem ao étimo, não haveria variação; nesse material, contudo, há indício de confusão gráfica, reflexo possivelmente de variação fônica, nas formas verbais de 3ª pessoa do plural do perfeito (lat. –unt) e do mais que perfeito (lat. –ant), que a

² D.S.G. – *Diálogos de São Gregório* (4 livros) do século XIII.

parecem em –om ou –am para ambos os tempos verbais. Note-se que essas formas verbais apresentam nasal final em sílaba não acentuada, enquanto os nomes são, em geral, oxítonos. Isso sugere, pelo menos, que a mudança dessas vogais nasais finais em ditongo nasal pode ter começado por uma variação [õ] ~ [ã] em posição não acentuada. (SILVA, 1991, p. 75).

Para Silva (1991, p. 75), esse traço linguístico [ãũ], típico do português e não de outras línguas românicas, talvez pertença também a dialetos do sardo. Por isso, em relação à explicação da ditongação [õ], [ã] para [ãũ], pelo estudo comparado das línguas românicas, não há regras fonéticas estabelecidas. As explicações fonéticas divulgadas que discutem esse fenômeno linguístico tem como foco somente a ditongação [ãũ], não levando em conta a variante [õũ], de atuais dialetos conservadores do norte de Portugal e presentes também na região do Alto Pantanal. Essa variante [õũ] já no século XVI foi recusada pela norma, ou seja, considerou-se como pronúncia de prestígio o ditongo nasal [ãũ] em detrimento da realização [õũ] que ainda hoje é estigmatizada no Alto Pantanal, como “fala de matuto”, “fala de bugre”, arcaizante e regional.

Teyssier (2004, p. 55) afirma que, por volta de 1500, todas as palavras do português, primitivamente terminadas em –an (-am) e –on (-om) convergiram para uma só terminação em –ão. Como é o caso das formas verbais tônicas; dan > dão, cantarán > cantarão (futuro), son > são; e as formas verbais átonas: cantáran > cantarão (mais-que-perfeito), hoje grafadas cantaram; cantáron (perfeito), formas que hoje se identificam com o tempo verbal mais-que-perfeito na pronúncia e na escrita. O mesmo se sucede com o advérbio *entón* e a negação *non* (antes apenas sob a forma tônica) que passam a *então* e *não*.

Para esse linguista (2004, p. 56), apesar da propensão a se pensar que as duas explicações são igualmente verdadeiras e que se completam, não há consenso entre os historiadores da língua sobre as causas dessa transformação. Ou seja, uns consideram-na uma evolução puramente fonética e outros, resultado de ações analógicas complexas.

Teyssier (2004, p. 56) diz, também, que embora as grafias sempre consigam distinguir as palavras provindas de –an e –on, que têm a forma –am (ex.: cam, leam, fizeram) das palavras em que –ão

é etimológico (mão, são (adjetivo), cristão), o estudo das rimas mostra que, na realidade, -ão já era geral, e acrescenta que essa evolução ocorreu no português do Centro-Sul e só em uma parte no português do Norte, mais precisamente no Minho. Onde as antigas palavras terminadas em -on não passam a -ão, mas a -[õu] como, por exemplo em [trubõu] < trovão , [ferrõu] < ferrão, chegando esta categoria a absorver as antigas palavras em -an [kõu] < can.

Para Almeida (2005, p. 79), a variante [ãw] é um ditongo crescente nasal que no falar cuiabano apresenta-se com seis formas distintas: [ãw], [õw], [õ], [ã], [ũ], [u] como, por exemplo: a conservação do ditongo [ãw]: [lãpiãw] lampião; a conservação do ditongo, mas realizado como [õw]: [viõlõw] violão; a redução do ditongo a [õ]: [gravasõ] gravação; a redução do ditongo a [ã]: [falã] falam; a redução do ditongo a [ũ]: [nũ] não; a redução do ditongo a [o/[u]: [notaru] notaram.

Almeida (2005, p. 79) diz, ainda, que nos manuscritos do século XVIII registram-se apenas ocorrências da forma am ao lado de ão: capitam/cappitam e capitão, executam e execução. Fato que o leva a deduzir que da coexistência das formas am e ão, o mais provável, é que o grupo am, no século XVIII, já era realizado como fazemos hoje.

Huber (1933, p. 63), ao tratar da nasalação do *o* antes do N latino, afirma que já no CG – Cancioneiro Geral (1516), provavelmente em finais do século XV as terminações latinas -anu, -ane e -one já se encontravam reduzidas a -am = -ão, como podemos observar nas rimas: a) -anu com -one: vilaão: coraçam (I, 396); b) -anu com -ane: mão : Joham (II, 356) e c) -one com -ane: tençam: pam (III, 583).

Quanto às variantes fonológicas africadas [tʃ] e [dz], elas ocorrem em diversos municípios de Mato Grosso, com maior e mínima frequências.

Palma (1980, p. 28)³ afirma que esse fenômeno linguístico é característico, com maior frequência, em Cuiabá, Poconé, N. Sra. do

³ Apesar de Palma (1980, p. 28) não citar, essas variantes também são características do falar cacerense.

Livramento, Santo Antônio do Leverger, Acorizal, Rosário Oeste, Barra do Bugres e Diamantino; e em grau mínimo de frequência em Rondonópolis, Guiratinga, Barra do Garças e Alto Garças.

Segundo Teyssier (1984, p. 29), o uso dessas variantes linguísticas remonta à segunda metade do século XIII, ou seja, à 1ª fase do português arcaico, quando são estabelecidas certas normas ortográficas, fato passível de ser comprovado no testamento de Afonso II (1214), época em que já se utiliza a grafia *ch* para a africada [tʃ]. Exemplo: Sancho [sãtʃu], *chus* [tʃuz], consoante diferente da fricativa [ʃ], à qual se aplica a grafia *x*. O fonema [tʃ] de origem francesa, já era usado em Castela com o mesmo valor. Exemplos: *chaga* [tʃaga], *ancho* [ãtʃo].

Ainda, conforme, Teyssier (2004, pp. 33, 64 -5), o galego-português possuía uma africada palatal [tʃ] escrita *ch*; ex.: *chamar*, *chaga*, *chave*, *macho*, que se distinguia da constrictiva simples [ʃ], escrita *x*; ex.: *deixar*. Porém, a partir do século XVII, o fonema [tʃ], perde o seu elemento inicial e se confunde, assim, com [ʃ]. O *ch* de *chamar* pronuncia-se como o *x* de *deixar*. Trata-se, conforme Teyssier (2004, p. 64) de um fenômeno vindo do Sul e que se torna a norma da língua comum. Mas, como nos casos precedentes:

A antiga pronúncia sobrevive em grande parte das províncias do Norte. A linha que separa hoje a região onde [tʃ] se confundiu com [ʃ] da região em que eles permanecem distintos começa ao sul de Viana do Castelo, segue paralela ao litoral, deixando a oeste a cidade do Porto, reaproxima-se do litoral ao norte de Aveiro, atravessa depois todo o país, seguindo uma linha sinuosa que encontra a fronteira espanhola ao norte do distrito de Portalegre. Pequenas ilhas de [tʃ] subsistem no interior da zona do [ʃ], o que ocorre, por exemplo, perto de Figueira da Foz (foz do Mondego).

Para Teyssier (2004, p. 65-6) é possível seguir passo a passo a progressão desse fenômeno linguísticos, graças às grafias de textos e aos comentários de gramáticos e ortógrafos. Como exemplos, cita as obras: a) *Orthographia* (1576) de Duarte Nunes de Leão em que este compara o *ch*, descrito como uma africada, com a consoante italiana escrita *c* nos grupos *ci* e *ce*; b) os manuscritos e impressos do século XVII, nos quais começam a aparecer confusões entre *ch* e *x*: *xão* por *chão*, *roxa* por *rocha*; c) *Orthographia* (1671) de João Franco Barreto em que condena a pronúncia e a escrita *xave*, *xapeo*, etc. por *chave*, *chapeo*; d) *Orthographia* (1734) de João de Morais Madureira

Feijó, em que afirma ser a pronúncia de chave, chaminé, etc. como chave, xaminé própria de pessoas naturais de Lisboa; e) *Orthographia* (1736), na qual D. Luís Caetano de Lima sai em defesa da norma antiga. Para ele, as palavras portuguesas chave, chapeo etc., possuem a mesma consoante que *cena, certo, dicevo, ricebo em italiano, e esta consoante deve ser distinguida da que se escreve x em xadrez, enxerto, frouxo, roxo* etc. Dez anos mais tarde, Luís Antônio Verney (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1746) esclarece que não só na região da Estremadura como também em outras províncias, o ch é articulado como x. Contudo, apesar de a inovação vinda do Sul tornar-se a norma da língua padrão, a ortografia prossegue fazendo a distinção entre ch e x.

Hauy (1989, p. 38-9) argumenta que: no galego-português, proferia ch como oclusivo, quase como tch e x como ch. Tal era a distinção que se fazia nessa 1ª fase do português arcaico, que raramente se registravam confusões gráficas na transcrição desses fonemas, como ocorre no português atual.

Silva Neto (1979, p. 590; 1986, p. 110) diz que, a respeito da africada [tʃ] podem aventar-se duas explicações:

1 – nos séculos XVI e XVII usava-se tʃ em todo território de Portugal. Neste caso os colonizadores usavam a africada que, depois de existir no português brasileiro nele se perdeu, à exceção de uma zona do Sul;

2 – nos séculos XVI e XVII Portugal dividia-se, como hoje, em duas áreas: uma, ao Norte, em que se usava tʃ; outra em que a africada já se reduzira a ʃ. Neste caso, ambas as pronúncias teriam vindo para o Brasil, onde se generalizaria a segunda, que corresponde à pronúncia do Sul, enquanto a primeira se teria confinado a uma zona do Brasil.

É a hipótese mais provável.

Em relação à africada palatal sonora dz: já, gelo, assim como a africada palatal surda tʃ: chave cocho, Silva Neto (1979, p. 628) comenta que:

Não é inconcussa a interpretação que as considera pura e simplesmente manutenções das antigas africadas do Português, mas que se podem interpretar como pronúncia de aloglotas (guaranis e caingangues) ou, pelo menos, que se pode explicar a conservação delas exclusivamente naquela área, por aí coincidirem com o sistema fonético dos aloglotas.

Silva Neto (1979, p. 628), ao referir-se à africada palatal sonora [dj], diz haver indícios de que esta, *embora tenha existido no português antigo, tenha desaparecido no século XV*.

Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 55) afirma que:

Há quadros fonológicos muitas vezes divergentes do português padrão. Basta citar, em Portugal, a africada *ch* em Trás-os-Montes (...). Também a africada /tʃ/, em dialetos brasileiros, estendendo-se até a toda área do /ʃ/, que fica eliminado; ou, ao contrário, /ʃ/ substituindo-se a /s/, tanto em dialetos de Portugal (norte) como do Brasil (zona de Goiás e Mato Grosso).

Cunha e Cintra (1985, p. 11) mencionam apenas a variante [tʃ]:

A pronúncia como africada palatal [tʃ] do *ch* da grafia (emitido como fricativa [ʃ] na pronúncia padrão e em quase todos os dialetos centro-meridionais) na maior parte dos dialetos portugueses setentrionais e na totalidade dos dialetos galegos: *tch*ave, *atchar* por *chave*, *ach*ar.

Ilari (1992, p. 250), referindo-se à variedade de sujeitos não escolarizados do português do Brasil (PB) falado, comenta que a conservação das africadas [tʃ] e [dz], comuns igualmente ao Norte de Portugal, ocorrem em Mato Grosso como variantes de /ʃ/ e /ʒ/, e na Bahia e Sergipe como variantes de /t/ precedido de ditongo como em oito [ˈotʃu] e muito [ˈmũtʃu].

Estes fatos linguísticos incomuns, característicos da fala do nativo do Alto Pantanal, levam a pesquisadora Bisinoto (2007, p. 22) a questionar sobre a presença, até hoje, da permuta de terminações nasalizadas e sugerir pesquisas, uma vez que *já no Portugal do século XVI a variante [õu] era estigmatizada*.

Na visão da sociolinguística europeia, segundo Schlieben-Lange (1993), não existe neutralidade na variação linguística e as mudanças da língua ocorrem numa articulação dinâmica entre o linguístico, o histórico e o social, tudo isso permeado por forças coercitivas advindas da ordem política. Ou seja, ao estudar a oralidade da língua francesa, essa autora toma em consideração não apenas o estilo e a diversidade fonética, mas, principalmente, os componentes his-

tóricos e políticos que determinam a realização de diferentes falas e a prevalência de arcaísmos em determinadas regiões.

Portanto, um estudo que abarque tais questões, ou seja, que vá além da descrição sistemática da língua, possibilita uma visão mais ampla e completa dos processos de mudança e de preservação linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. V 5, Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005, p. 79. (Coleção Tibanaré de Estudos Mato-grossenses).

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes, 2007.

CAMARA Jr, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4 ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*, vol. I. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos)

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

PALMA, Maria Luiza Canavarros. *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*. Rio de Janeiro, 1980, 124 f. Dissertação de mestrado em língua portuguesa – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. O falar cuiabano em Mato Grosso – estigma, status e atalhos. In: ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em*

Mato Grosso. vol. 5, Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005, p. 139-166. (Coleção Tibanaré de Estudos Mato-grossenses).

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Trad. Fernando Tarallo et al. Campinas: Unicamp.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Língua Portuguesa).

_____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a Língua Portuguesa).

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. *Manual de gramática histórica*. Rio de Janeiro, 1941.

_____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá Correa, 1984.

_____. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2004.